

**PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO DE LAVAGEM DE VIATURAS DA**

**FROTA TUB**

**2023**

## CONVITE

### 1. OBJETO DO CONCURSO, DESIGNAÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público Internacional para o Fornecimento e Instalação de uma Solução de Lavagem de Viaturas da Frota dos TUB, com observância das especificações técnicas constantes do Anexo I ao Caderno de Encargos.

### 2. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Transportes Urbanos de Braga – Empresa Municipal, adiante designada por TUB/EM, sitos na Quinta de Santa Maria –Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e e-mail [geral@tub.pt](mailto:geral@tub.pt).

### 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que tomou a decisão de contratar, com a correspondente autorização de despesa, foi a Comissão Executiva da Entidade Adjudicante acima referida, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), sendo este o órgão com poderes para o Ato, de acordo com a delegação de poderes de 04 de novembro de 2021.

### 4. FUNDAMENTO DA DECISÃO DE CONTRATAR E DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

- 4.1 A renovação da frota dos TUB implica um reforço da qualidade na limpeza interior e exterior dos veículos, surgindo a necessidade de instalação de uma solução de lavagem que vá de encontro às necessidades atuais das viaturas;
- 4.2 Considerando a inexistência de recursos internos para assegurar a aquisição dessa solução, verificou-se a necessidade de recorrer ao mercado para tal, nos termos definidos no presente Convite e no Caderno de Encargos.
- 4.3 A escolha do presente procedimento foi efetuada com base na alínea a) do número 1 do artigo 20.º do CCP, pelo facto de o valor ser superior aos limiares europeus nos termos do disposto no artigo 474.º.

### 5. CONCORRENTE

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP.

### 6. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

## 7. JÚRI

Cumprindo para o efeito, do disposto no artigo 67.º do CCP, o Júri do procedimento é responsável por:

- a) Conduzir o procedimento;
- b) Proceder à análise e avaliação da proposta;
- c) Elaborar os relatórios de análise e avaliação da proposta;
- d) Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso.

## 8. IDIOMA DO PROCEDIMENTO

8.1 O idioma do presente procedimento é a língua portuguesa.

8.2 Os documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta, bem como todos os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução, na forma legal e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

8.3 Toda a documentação técnica referente aos equipamentos a fornecer poderá, em alternativa, ser apresentada em língua inglesa ou língua espanhola.

## 9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1 A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante **Anexo I** ao presente procedimento;
- b) Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos – de acordo com **Anexo II**;
- c) Documento que - cumprindo para o efeito, do disposto nas **especificações definidas no Anexo I do Caderno de Encargos** - contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente o preço de referência dos bens a fornecer, assim como o preço total, mencionado em algarismos, com a indicação de que a esse valor acresce o IVA, á taxa legal em vigor, para todos os elementos necessários e constantes das Especificações Técnicas;

- 9.2** A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, nos termos definidos no nº4 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- 9.3** Deve ser apresentada Certidão do Registo Comercial, ou o código da Certidão Permanente para consulta;
- 9.4** Deverá ser anexa Procuração, caso os documentos sejam assinados por quem não tenha prévios poderes para esse efeito;
- 9.5** Podem igualmente integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considerar indispensáveis para os atributos da proposta apresentada.

## **10. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E PRAZO PARA A ENTREGA DAS MESMAS**

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos para o email [contratacao@tub.pt](mailto:contratacao@tub.pt), até às **23h59m do 30.º dia**, após o envio do convite para apresentação de propostas.

## **11. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

O concorrente compromete-se a manter válida a respetiva proposta por 66 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

## **12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

- 12.1** A adjudicação será feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, nomeadamente através da avaliação do fator preço.

## **13. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

- 13.1** Após a análise da proposta, a Entidade Adjudicante, através dos órgãos competentes, toma a decisão de adjudicação.
- 13.2** Com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notificará o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos.

## **14. NÃO ADJUDICAÇÃO**

- 14.1** Não há lugar à adjudicação quando circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 14.2** No caso do n.º 1, a Entidade Adjudicante dará início a um novo procedimento no prazo de três meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

## 15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO PARA A SUA APRESENTAÇÃO

O adjudicatário deve entregar, de acordo com o definido no artigo 161.º do CCP, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação definidos no artigo 81.º do CCP.

## 16. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 16.1** O adjudicatário deve apresentar, no momento da habilitação, o **anexo III**, devidamente preenchido.
- 16.2** Deverá apresentar reprodução dos documentos de habilitação através do mesmo meio de comunicação utilizado para a apresentação da proposta.
- 16.3** Quando algum dos documentos de habilitação se encontrar disponível na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante apenas o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 16.4** A Entidade Adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

## 17. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 17.1** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado para a sua apresentação;
  - b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 17.2** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 17.3** Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.

- 17.4** A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

## **18. CAUÇÃO**

O procedimento dispensa caução.

## **19. CONTRATO**

- 19.1** A minuta do Contrato é aprovada pelas partes.
- 19.2** A Entidade Adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.
- 19.3** Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum a violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a de elementos essenciais do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência.
- 19.4** A Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.
- 19.5** A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos trinta dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.
- 19.6** Todas as despesas resultantes da assinatura do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
- 19.7** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do Contrato.

## **20. CONTAGEM DOS PRAZOS**

- 20.1** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 20.2** Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- 20.3** Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados os feriados nacionais.

## 21. NÃO DIVISÃO EM LOTES

Não está prevista a divisão do presente procedimento em lotes, uma vez que as características técnicas do equipamento a fornecer e instalar, bem como o tipo e características das intervenções estruturais a realizar, obstam à possibilidade de adjudicação a entidades distintas.

## 22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e legislação complementar.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

#### [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**  
**[a que se refere o nº 4 do n.º 1 do artigo 69.º do CPA]**

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) (identificação) .... na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento ....., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão constante do nº 3 do artigo 69º.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto nos nºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização dos TUB, E.M. e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Data,

Assinatura eletrónica qualificada

### ANEXO III

#### Modelo de declaração Habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - A declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º